

V SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA

I FORUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA UFPA

Os Desafios da Democracia no Brasil

18 a 20 de Dezembro de 2018

Inscrição: 26/11/2018 a 18/12/2018

Local: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - UFPA

Telefone para contato: 3201-7441

e-mail para contato: ppgcp@ufpa.br





V SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA
I FORUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA DA UFPA

Os Desafios da Democracia no Brasil
18 a 20 de Dezembro de 2018
UFPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor

Gilmar Pereira da Silva

Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Fernando Artur de Freitas Neves

Diretor-Adjunto do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Giovane da Silva Mota

Diretora da Faculdade de Ciências Sociais

Marise Rocha Morbach

Vice Diretora Da Faculdade de Ciências Sociais

Fernanda Valli Numer

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP

Maria Dolores Lima da Silva

Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP

Eugênia Rosa Cabral

Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP

Alberto Luiz Teixeira da Silva

Bárbara Lou Veloso Dias

Bruno de castro Rubiatti

Carlos Augusto da Silva Souza

Celso Antônio Coelho Vaz

Edir Veiga Siqueira

Gustavo César de Macedo Ribeiro

Jean-François Yves Duluchey

Luis Fernando Cardoso e Cardoso

Marise Rocha Morbach





V SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA
I FORUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA DA UFPA

Os Desafios da Democracia no Brasil
18 a 20 de Dezembro de 2018
UFPA

PROGRAMAÇÃO

18 de Dezembro [Terça Feira]	
8h30 - 16h	Credenciamento
16h - 17h	Sessão de Abertura
17h – 18h Local: Auditório Setorial Básico I	Conferência de Abertura – Os Desafios da Pesquisa nas Universidades Públicas Conferencista: Profª. Dra. Natália Guimarães Duarte Sátyro (UFMG) Coordenação: Profª. Dra. Maria Dolores Lima da Silva
19 de Dezembro [Quarta]	
8h - 17h	Secretaria PPGCP - Inscrições e Entrega de Material
8h30 - 12h	Minicurso 1: Organização de dados no Excell (Profº. Natália Seabra) Local: Laboratório de informática do IFCH Minicurso 2: Estado e Democracia (Profº Dr. Carlos Augusto Souza) Local: Sala de aula do PPGCP
14h - 16h Local: Auditório Setorial Básico I	GT 1: Instituições Democráticas, Minorias e Grupos de Interesse Coordenação: Dr. Gustavo Cesar Ribeiro Participantes: 1- Ms. Luã Gabriel dos Santos 2- Ms. Sueny do Socorro Matos Moura 3- Ms. Wilclea da Costa Lima 4- Ms. Maycon Yuri Nascimento Costa
16h - 16h30	Coffee Break
16h30– 18h30 Local: Auditório Setorial Básico I	Mesa Redonda 1: Os Rumos da Democracia no Brasil Coordenação: Dr. Alberto Teixeira Participantes: 1- Dra. Natália Guimarães Duarte Sátyro (UFMG) 2- Dr. Rodolfo Marques (UFRGS) 3- Dr. Edir Veiga Siqueira (UFPA) 4- Dr. Gustavo Cesar Ribeiro (UFPA)
20 de Dezembro [Quinta]	
8h30 - 12h	Minicurso 1: Organização de dados no Excell (Profº. Natália Seabra) Local: Laboratório de Informática do IFCH Minicurso 2: Estado e Democracia (Profº Dr. Carlos Augusto Souza) Local: Sala de aula do PPGCP
14h - 16h Local: Auditório Setorial Básico I	GT 2: Eleições e Representação Política Coordenação: Dr. Carlos Augusto Souza Participantes: 1- Ms. Alessandra Cristina Gaia Bastos 2- Ms. Renato Vieira da Assunção 3- Ms. Renan Bezerra da Silva 4- Ms. Thais Oliveira Pinheiro
16h - 16h30	Coffee Break
16h30-18h30 Local: Auditório Setorial Básico I	GT 3: Controle Democrático e Sociedade Civil Coordenação: Dr. Fernando Cardoso Participantes: 1- Ms. Roberta Castro Hanemmam 2- Ms. Nilson Sousa Filho 3- Ms. Idelfonso Hanemmam 4- Ms. Wangles da Costa Lima
18h30 – 20h30 Local: Auditório Setorial Básico I	Conferência de Encerramento: A atuação do poder legislativo no processo político atual Deputado Edmilson Rodrigues Coordenação: Dra. Eugênia Rosa Cabral



V SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA
I FORUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA DA UFPA

Os Desafios da Democracia no Brasil
18 a 20 de Dezembro de 2018
UFPA

Dia 19/12/2018

GT 1: INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, MINORIAS E GRUPOS DE INTERESSE

Coordenação: Dr. Carlos Souza

1) JUVENTUDE NA PAUTA: Demandas da Sociedade Civil e Produção Legislativa Sobre Juventude no Congresso Nacional

Luã Gabriel dos Santos

2) A produção legislativa relacionada aos direitos das mulheres na Câmara dos Deputados entre 1991-2014 no Brasil

Sueny do Socorro Matos Moura

3) PRODUÇÃO DE PROJETOS DE LEIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE TRABALHO INFANTIL (1995-2017): observando a consonância ao princípio da proteção integral e ao cumprimento de acordos internacionais

Wilclea da Costa Lima

4) COMISSÕES PARLAMENTARES COMO ARENA DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO: evidências no caso da produção do Novo Código Florestal Brasileiro (1999-2012)

Maycon Yuri Nascimento Costa

Dia 20/12/2018

GT 2: ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Coordenação: Dr. Gustavo César Ribeiro

1) COMPORTAMENTO POLÍTICO ONLINE: blogs de política e o escândalo da lava-jato

Alessandra Cristina Gaia Bastos

2) CAMPANHA ELEITORAL ONLINE: o uso do Facebook pelos principais candidatos à prefeitura de Belém em 2016

Renato Vieira da Assunção

3) AS CARACTERÍSTICAS SOCIECONÔMICAS DA ALIENAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL

Renan Bezerra da Silva

4) MULHERES E DINHEIRO: o padrão de financiamento de campanha das mulheres eleitas para a câmara dos/as deputados/as em 2014

Thais Oliveira Pinheiro



V SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA
I FORUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA DA UFPA

Os Desafios da Democracia no Brasil

18 a 20 de Dezembro de 2018

UFPA

Dia 20/12/2018

GT 3: GT 3: CONTROLE DEMOCRÁTICO E SOCIEDADE CIVIL

Coordenação: Dr. Fernando Cardoso

1) O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO NO PARÁ: 2010-2014

Roberta Castro Hanemmam

2) IMPASSES DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: conflito coalizacional e manutenção de governabilidade (2014-2016)

Nilson Sousa Filho

3) POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS: Um Estudo Sobre a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Idelfonso Gonçalves Hanemmam

4) PRODUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE O COMBATE À CORRUPÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1988-2016): Uma análise dos Projetos de Lei

Wanglês da Costa Lima



V SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA
I FORUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA DA UFPA

Os Desafios da Democracia no Brasil

18 a 20 de Dezembro de 2018

UFPA

RESUMOS DOS TEMAS APRESENTADOS NOS GRUPOS DE TRABALHO



V SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA
I FORUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA DA UFPA

Os Desafios da Democracia no Brasil

18 a 20 de Dezembro de 2018

UFPA

**JUVENTUDE NA PAUTA: Demandas da Sociedade Civil e Produção Legislativa Sobre
Juventude no Congresso Nacional**

Luã Gabriel dos Santos

Resumo:

O processo de redemocratização no Brasil favoreceu o surgimento de diversas associações civis autônomas, assim como possibilitou o florescimento de novas pautas reivindicatórias, entre as quais a garantia de mais direitos e a ampliação da cidadania. Com o retorno democrático, tendo o seu ápice com a promulgação da Constituição de 1988, o país restaurou o instituto da representação, garantindo o pleno funcionamento do Congresso Nacional, assim como possibilitou a criação de novos arranjos institucionais participativos como as Conferências temáticas, que vocalizam as preferências da sociedade civil e conduzem à formulação de políticas públicas. O presente trabalho tem o propósito de discutir se as proposições originadas nas duas edições das Conferências de Juventude foram recepcionadas pelos parlamentares no Congresso Nacional, tendo em vista o modelo cheap talk, observando o conteúdo propositivo originado nas Conferências, de modo a verificar a ocorrência de pertinência temática daquelas em comparação às iniciativas legislativas no Congresso Nacional. A condução do estudo é feita a partir da abordagem neoinstitucionalista com análise documental das decisões tomadas no âmbito participativo da Conferência de Juventude e as proposições legislativas que tramitaram no Congresso Nacional no período de 2008 a 2014.





A PRODUÇÃO LEGISLATIVA RELACIONADA AOS DIREITOS DAS MULHERES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS ENTRE 1991-2014 NO BRASIL

Sueny do Socorro Matos Moura

Resumo:

Considerando o quadro de sub-representação das mulheres nas instituições políticas brasileiras, produziu-se uma dissertação para investigar a representação dos “interesses” das mulheres na Câmara dos Deputados através de uma abordagem institucional e cultural. O estudo foi orientado pelo seguinte problema de pesquisa: **Qual a influência das variáveis, sexo dos parlamentares e partidos políticos, sobre a produção legislativa relacionada aos direitos das mulheres na Câmara dos Deputados entre 1991 a 2014 no Brasil?** O objetivo foi verificar a influência das variáveis, sexo dos parlamentares e o perfil ideológico dos partidos políticos, sobre a produção legislativa relacionada aos direitos das mulheres. Para a quantificação desta produção legislativa, realizou-se um levantamento dos Projetos de Lei relacionados aos direitos das mulheres de autoria individual ou coletiva dos deputados federais. A conclusão do estudo foi que as parlamentares do sexo feminino apresentaram a maior quantidade de PLs relacionados aos direitos das mulheres. Enquanto que, a variável analítica partidos políticos revelou-se neutra quanto a influência sobre a produção parlamentar, ou seja, independente do perfil ideológico ou da posição diante do governo, os partidos políticos não exercem influência sobre a quantidade de PLs propostas nessa casa legislativa.





**PRODUÇÃO DE PROJETOS DE LEIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE
TRABALHO INFANTIL (1995-2017): observando a consonância ao princípio da proteção
integral e ao cumprimento de acordos internacionais**

Wilclea da Costa Lima

Resumo:

Este trabalho apresenta como objetivo verificar se a Câmara dos Deputados, no período de 1995 a 2017, aprovou leis de combate ao trabalho infantil, a fim de garantir o princípio da proteção integral e o cumprimento do acordo internacional estabelecido nas convenções 182 e 185 da OIT, considerando o fato de o Brasil ser referência internacional na produção de leis e na efetivação de políticas públicas de combate ao trabalho infantil. Nesse sentido, a pesquisa procurou a partir de dados disponíveis no site da Câmara avaliar a tramitação de Projetos de Leis que caracterize o empenho do Brasil em cumprir o acordo internacional firmado. Para atingir os objetivos propostos a pesquisa partiu das seguintes hipóteses: 1) Os PLs que foram transformados em norma jurídica respondem ao princípio da proteção integral e ao problema de combate ao trabalho infantil; 2) Os PLs apontam à adoção de medidas necessárias à efetiva aplicação das diretrizes expressas nas Convenções da OIT. Os resultados refutaram a primeira hipótese, considerando que as leis aprovadas buscam apenas inviabilizar empresas de estabelecer contratos com a Administração Pública, caso utilizem mão de obra infantil em suas atividades; sensibilizar a sociedade sobre a existência do problema e defender a criação de cargos como instrumento importante no combate ao trabalho infantil. Ou seja, são leis que não apresentam uma solução que venham de fato contribuir com a proteção integral e com o combate ao trabalho infantil no país. A segunda hipótese foi confirmada, pois os PLs propostos pelos parlamentares estavam em conformidade às normas e resoluções internacionais.





COMISSÕES PARLAMENTARES COMO ARENA DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO: evidências no caso da produção do Novo Código Florestal Brasileiro (1999-2012)

Maycon Yuri Nascimento Costa

Resumo:

O objetivo deste trabalho consiste em analisar as comissões parlamentares da Câmara dos Deputados como arena de atuação dos grupos de pressão, durante o processo de produção do Novo Código Florestal (NCF), que tramitou no período de 1999 a 2012. Quanto à referência empírica do estudo, durante a tramitação, o projeto foi discutido no interior das seguintes comissões da Câmara: Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e por uma Comissão Especial, destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.876, de 1999. A partir da análise da produção legislativa pode-se entender a perspectiva dos atores que influenciaram no processo de produção legislativa do NCF. A análise do problema foi feita à luz de duas perspectivas teóricas: abordagem neo-institucionalista e teoria dos grupos de pressão. Com base nessas teorias é feita a análise das comissões parlamentares como arenas políticas que condicionam positivamente a influência dos grupos de pressão para a produção legislativa do NCF. A metodologia utilizada incluiu procedimentos qualitativos e quantitativos na busca de resultados que respondessem aos objetivos do estudo. Os dados do processo legislativo foram obtidos no portal da Câmara dos Deputados e referem-se aos pareceres dos relatores nas Comissões; aos votos em separado; aos requerimentos para a realização das Audiências Públicas; aos convidados e participantes das audiências e; ao perfil dos parlamentares membros das comissões. Quanto aos resultados alcançados, o estudo mostra que fatores institucionais como a constituição de uma Comissão Especial e a realização de audiências públicas foram importantes janelas de oportunidades para que os grupos de pressão influenciassem no processo decisório, isto considerando o perfil dos participantes e o teor das discussões que foram fortemente condicionadas pelos atores políticos relevantes (veto players: presidente e relator da Comissão). Além disso, o perfil dos parlamentares que atuaram nas arenas políticas e a expertise dos atores políticos relevantes foram fatores fundamentais para que, nos espaços das Comissões, fossem incorporados os interesses dos grupos de pressão no Novo Código Florestal.





COMPORTAMENTO POLÍTICO ONLINE: BLOGS DE POLÍTICA E O ESCÂNDALO DA LAVA-JATO

Alessandra Cristina Gaia Bastos

Resumo:

A pesquisa estudou a agregação de preferências políticas a partir do estudo de um padrão de difusão de notícias que é o escândalo político, em um ambiente da internet, no caso o blog. Especificamente o estudo partiu do seguinte problema de pesquisa: quais os elementos da cultura política brasileira poderiam ser evidenciados na interação e difusão do escândalo político de corrupção da “Lava Jato”, no ambiente do blog de política de Reinaldo Azevedo durante o ano de 2014? A exposição de preferências políticas se expressa por meio de experiências pessoais e de valores morais, demonstrando a força das representações coletivas à legitimidade dos discursos políticos. Embora a literatura considere os blogs como ambientes que formam nichos de preferência entre pessoas que “pensam igual”, essa não é a causa direta da polarização política trazida com a emergência da Lava Jato. O discurso ofensivo, atrelado a esse fenômeno, está menos direcionado à formação específica de nichos, do que pelas grandes temáticas difundidas pelos meios de comunicação sobre instituições da política, como partidos e governos. Assuntos controversos mobilizam a exposição de preferências políticas de forma mais agressiva e ofensiva em função do ambiente online, porque tem menos restrições sociais e mobilizam de maneira direta o sistema de valores e crenças que constituem os elementos da cultura política.





CAMPANHA ELEITORAL ONLINE: o uso do Facebook pelos principais candidatos à prefeitura de Belém em 2016.

Renato Vieira da Assunção

Resumo:

Este trabalho investiga o uso do Facebook como ferramenta de comunicação política pelos dois principais candidatos nas eleições municipais de Belém em 2016, com objetivo de determinar um perfil de utilização da rede pelas diferentes campanhas. São analisados os conteúdos publicados nas fanpages dos candidatos do PSOL, Edmilson Rodrigues (@edmilsonpsol) e do candidato do PSDB, Zenaldo Coutinho (@zenaldo.coutinho), durante o intervalo de 16 de agosto a 30 de outubro de 2016, período que compreende a campanha eleitoral. Para isso, propõe-se analisar os principais mecanismos utilizados pelos candidatos na interação com seus “seguidores” do Facebook, a partir dos seguintes agrupamentos de categorias i) usos do Facebook; ii) recursos empregados; iii) apelos, iv) temas e v) interatividade (curtiu, compartilhou e comentou). Foram analisadas 729 publicações, como resultado, foi identificado o volume de postagens desiguais entre os candidatos. Edmilson realiza oito vezes mais publicações em relação ao seu adversário. A análise qualitativa dos conteúdos publicados nas fanpages pelos candidatos demonstrou que Zenaldo Coutinho concentrou o uso do Facebook para realizar propaganda e divulgar agenda, sendo seu principal objetivo o apelo simbólico; enquanto as publicações realizadas pelo candidato do PSOL buscaram fomentar o debate político e apresentar propostas de campanha, desta forma, a categoria políticas futuras foi o apelo mais frequente nas suas estratégias de comunicação política na plataforma digital Facebook, no contexto das eleições municipais de 2016. A análise dos dados permitiu concluir que os candidatos Zenaldo Coutinho e Edmilson Rodrigues utilizaram estratégias diferentes em relação ao uso do Facebook como espaço e ferramenta de campanha nas eleições municipais de Belém em 2016. Embora, ambos os candidatos tenham tido como objetivo comum, a apropriação da visibilidade do Facebook como mais um canal para divulgação de conteúdos de propaganda e campanha eleitoral.





AS CARACTERÍSTICAS SOCIECONÔMICAS DA ALIENAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL.

Renan Bezerra da Silva

Resumo:

Este trabalho apresenta como objetivo principal estudar o fenômeno da alienação eleitoral no Brasil, a partir de uma dimensão socioeconômica do eleitorado. Entende-se como alienação eleitoral aquela situação em que o eleitor se encontra apto a votar, mas por alguma razão prefere não comparecer ao local de votação, ou mesmo comparecendo, acaba anulando seu voto ou votando em branco. No Brasil, apesar da adoção do voto obrigatório, as taxas de alienação eleitoral são bastante elevadas. A literatura sobre o tema nos mostra que no período pós-redemocratização a média de abstenção eleitoral tem se estabelecido em torno de 18%, sendo que a média de votos brancos e nulos tem se situado em torno de 2% e 5% respectivamente. Alguns estudos constataam que o padrão de alienação eleitoral, possui multicausalidades e não apresentam o mesmo significado no território. Desta forma, municípios com menor padrão de desenvolvimento apresentariam níveis maiores de alienação eleitoral em relação aos municípios mais desenvolvidos. Este trabalho deve ser entendido neste contexto, assim, procuramos identificar qual o comportamento da alienação eleitoral nos municípios brasileiros, levando em consideração variáveis socioeconômicas e eleitorais. Para alcançar este objetivo utilizamos as taxas de alienação eleitoral presentes nas municipalidades em três eleições consecutivas e confrontamos com variáveis socioeconômicas (tamanho do eleitorado, renda percapita, tamanho populacional, Índice de desenvolvimento humano) e variáveis eleitorais (eleições proporcionais e majoritárias nos níveis municipal, estadual e federal).





MULHERES E DINHEIRO: o padrão de financiamento de campanha das mulheres eleitas para a câmara dos/as deputados/as em 2014

Thais Oliveira Pinheiro

Resumo:

Este estudo examina o financiamento das campanhas eleitorais dos eleitos/as a cargo na Câmara dos/as Deputados/as Federais do Brasil em 2014, intentando verificar a existência de padrões de financiamento entre homens e mulheres e como isso repercutiu nos resultados eleitorais. O financiamento eleitoral no Brasil evidencia que entre os candidatos/as há os/as que recebem mais e outros/as menos recursos do fundo partidário, de pessoa física, pessoa jurídica e recursos partidários para suas atividades de campanha. Considerando a sub-representação feminina no âmbito de candidaturas e que as campanhas eleitorais exigem dispêndio significativo de recursos, a questão desta pesquisa foi identificar os diferenciais de recepção de recursos entre os/as eleitos/as e qual o tipo de financiamento que as mulheres mais utilizam para realizar as suas campanhas políticas. Por meio do financiamento eleitoral, tornaram-se evidentes as barreiras que as mulheres enfrentam para adentrar na arena da competição política. Como produto do estudo, verificou-se que as mulheres não recebem tantos incentivos partidários quanto os homens, visto que elas recebem menos recursos do fundo partidário e outros recursos advindos dos partidos.. A análise evidenciou que as mulheres utilizam mais os recursos próprios para financiar suas campanhas, assim como os recursos oriundos de pessoas físicas, enquanto que os homens empregam mais recursos empresariais em suas campanhas. No cotejamento das mulheres entre si, foi constatado que as mulheres das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste arrecadaram mais recursos do Fundo Partidário e de Pessoas jurídicas do que as mulheres do Sudeste e Sul.





O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO NO PARÁ: 2010-2014

Roberta Castro Hanemmam

Resumo:

Muito se discute sobre a responsividade do Estado brasileiro na responsabilização criminal daqueles que, de alguma forma, contribuem pela prática do crime “trabalho em condição análoga à de escravo”, previsto no artigo 149 do Código Penal. Contudo, ainda são poucos os estudos referentes à responsabilização na esfera trabalhista e, dentre os existentes, pouquíssimos estão voltados para uma análise das instituições. Esta Pesquisa tem por objetivo analisar a atuação extrajudicial do Ministério Público do Trabalho (MPT) no cenário de enfrentamento do trabalho escravo no estado do Pará, que concentra a maioria das fiscalizações por parte do Ministério do Trabalho e Emprego desde 2003. Após intensa remodelagem institucional, com ápice na Constituição Federal de 1988, o MPT passou a exercer posição relevante na atual rede estatal de enfrentamento desse ilícito, na medida em que está legitimado tanto a provocar respostas do Poder Judiciário quanto a fazer uso de instrumentos aptos a sanar conflitos de interesses e eventuais ilegalidades na via administrativa. No presente estudo, o foco recai nos termos de ajustamento de conduta (TAC), os quais são utilizados com frequência pelos membros da instituição. Partiu-se do pressuposto que, embora os impactos sociais gerados não sejam suficientes para garantir a erradicação do crime, os TAC se mostram capazes de assegurar os direitos trabalhistas das vítimas de trabalho escravo de maneira célere e efetiva. Os resultados apresentados foram obtidos a partir de pesquisa empírica junto aos procedimentos administrativos autuados pela Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, no período entre 2010 e 2014, envolvendo casos de trabalho em condição análoga à de escravo em municípios paraenses





IMPASSES DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: CONFLITO COALIZACIONAL E MANUTENÇÃO DE GOVERNABILIDADE (2014-2016)

Nilson Sousa Filho

Resumo:

A proposta desta pesquisa objetiva compreender a relação Executivo-Legislativo no mandato de Dilma Rousseff pós-eleições 2014. A principal questão se detém em analisar a convivência entre os poderes evidenciando variáveis institucionais e políticas que fortaleceram impasses no governo, ocasionando prejuízos à governabilidade e dificuldades no processo decisório. É ponto pacífico na literatura a menção aos recursos institucionais e constitucionais exclusivos do presidente, dentre os quais se destacam a concessão de cargos e poderes de agenda, que foram considerados meios capazes de influenciar e, até mesmo, forçar o processo legislativo. Contudo, ao resultado do julgamento de impeachment de Rousseff em 2016 nos faz indagar como um Presidente com proporções institucionais majoradas perde sua capacidade de liderar a maioria? Esse trabalho se justifica pela necessidade de compreender maiores detalhes na relação entre atores políticos individuais e coletivos que conduzem a relação entre governo e Congresso no contexto do Presidencialismo de Coalizão brasileiro. Nossa hipótese aponta que Dilma Rousseff organizou sua base de apoio dentro dos parâmetros tido pelos estudiosos como necessários à manutenção da governabilidade, mas não obteve legitimidade das decisões frente à opinião pública. A queda da popularidade de Rousseff num quadro democrático é um aspecto consideravelmente prejudicial, não só para que o processo decisório seja eficaz, mas para que as decisões do governo sejam aceitas e legitimadas diante da opinião pública.





POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS: um estudo sobre a estratégia nacional de segurança pública (ENAFRON)”

Idelfonso Gonçalves Hanemmam

Resumo:

A União tem responsabilidade constitucional sobre a segurança nas fronteiras, sendo atribuição deste ente federativo, por meio de suas instituições de segurança pública a proteção das fronteiras contra a ocorrência de crimes transfronteiriços e contra a invasão estrangeira. A segurança pública na faixa de fronteira é executada pela União por meio da Polícia Federal. O governo brasileiro tem tido a necessidade de combater os crimes transfronteiriços, que são aqueles que ocorrem em países vizinhos e atravessam a fronteira, adentrando o território nacional. Os crimes mais comuns são: o contrabando, o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, os quais causam reflexos na criminalidade e violência interna do País. Diante deste contexto, as ações e projetos da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) foram analisados nesta pesquisa, no período de 2007 a 2014, para compreender se essa política pública tem apresentado resultados satisfatórios e se ela é suficiente para a melhoria do policiamento e fiscalização das fronteiras terrestres brasileiras. A metodologia utilizada é de base documental, com a análise de dados de fontes primárias tais como: os Anuários de Segurança Pública e a coleta e sistematização estatística da base de dados em sítios governamentais, a saber, Ministério da Justiça e Cidadania. Nesta dissertação foi discutida a posição do Estado brasileiro quanto à política pública de fiscalização de suas fronteiras com os países sul americanos, levando em conta que diversos crimes em território nacional são fomentados pelos países vizinhos. A pesquisa demonstra como resultado que a ENAFRON é um programa que visa a melhor estruturação da segurança pública nessa porção do território nacional, mas ainda se mostra insuficiente para garantir a melhoria do controle e da fiscalização da circulação de pessoas, mercadorias legais ou ilegais naquele espaço. Outro resultado da pesquisa é a falta de legitimidade da política pública para as faixa de fronteira do Brasil, tendo em vista que é competência do Congresso Nacional a elaboração de uma lei sobre a matéria, mas até os dias atuais não há esse diploma legal.





PRODUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE O COMBATE À CORRUPÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1988-2016): Uma análise dos Projetos de Lei

Wanglês da Costa Lima

Resumo:

Este trabalho busca fazer uma análise das formas de controle sugeridas para se combater à corrupção, a partir de PLs que tramitaram na Câmara dos Deputados, no período de 1988 a 2016, que foram transformados em leis. Identificando os principais tipos de medidas de controles, que foram mais sugeridos através destes PLs. Com o propósito de responder tal objetivo, o trabalho parte de duas hipóteses: I- Considerando o princípio da tripartição do poder, consagrado no art. 2º da CRFB / 88, a Câmara dos Deputados apresenta elevada proposição e aprovação de leis referente ao tema de combate à corrupção, quando comparada as de origens do Executivo, Senado Federal e Comissões. II- O Poder Executivo dispõe de prerrogativas privativas no que tange a proposição de PLs, conforme o art. 61º da CRFB / 88. Neste sentido, as medidas de controle de maior interesse do Executivo são do tipo administrativo - burocrático. O levantamento dos dados se deu através da página eletrônica da Câmara dos Deputados, onde foi possível fazer a classificação de 618 PLs referentes ao tema de combate à corrupção. Deste total de PLs pesquisados, 550 eram de autoria da Câmara, 33 proposto pelo Executivo, 22 pelas Comissões e 13 pelo Senado Federal. Contudo, quem mais aprovou foi o Executivo, 8 no total, em seguida a Câmara, que aprovou 6, depois o Senado Federal com 3 e as Comissões 1. Confirmando dessa forma, em parte nossa primeira hipótese. Quanto à segunda hipótese, foi refutada, pois constatamos, dos 8 PLs propostos e transformados em leis de autoria do Executivo, 4 eram judicial e 4 administrativo – burocrático.





V SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA
I FORUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
POLÍTICA DA UFPA

Os Desafios da Democracia no Brasil
18 a 20 de Dezembro de 2018
UFPA

APOIO

